
Allianz Seguros S.A.
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

Os exames das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com datas de 30 de agosto de 2017 e de 27 de fevereiro de 2018, respectivamente, ambos sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Allianz Seguros S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.



Allianz Seguros S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

**ALLIANZ SEGUROS S.A.**

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Allianz Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Economia

O primeiro semestre de 2018 terminou registrando uma queda nas expectativas de crescimento do PIB brasileiro para esse ano, de 2,7% para 1,5% segundo relatório Focus do Banco Central. Motivos endógenos, como as incertezas eleitorais e a greve dos caminhoneiros, somados às incertezas externas das políticas comerciais dos Estados Unidos e do crescimento da China resultaram em uma diminuição da confiança dos empresários, retardando decisões de investimentos. Por outro lado, a inflação controlada mantém as expectativas de que a taxa Selic será mantida nos níveis atuais até meados do ano que vem, incentivando uma recuperação um pouco maior da economia a partir do segundo semestre desse ano, a depender das expectativas com o andamento das reformas estruturais necessárias, notadamente as da previdência e tributária.

Indicadores de desempenho

Durante o ciclo de reestruturação operacional vivenciado pela Seguradora, diferentes ações foram concebidas e implementadas que objetivaram a recuperação do crescimento operacional, a excelência na prestação de serviços junto aos parceiros de negócios e o pleno atendimento às necessidades dos clientes. No primeiro semestre de 2018 os prêmios emitidos líquidos da Seguradora totalizaram R\$ 1,5 bilhões (R\$ 1,4 bilhões em 2017), representando um aumento de 9,5%, quando comparado ao mesmo período anterior. Os principais grupos que contribuíram para este crescimento foram transporte 33% e pessoas 26%. Os sinistros ocorridos totalizaram R\$ 1,1 bilhão (R\$ 0,8 bilhões em 2017), aumento de em 38%, quando comparado ao mesmo período anterior, impactado substancialmente por sinistro de grande monta do grupo Patrimonial e que é 100% protegido por resseguro. O lucro apresentado em junho de 2018 foi de R\$ 29 milhões (prejuízo de R\$ 32,5 milhões em 2017).

Investimentos

Os investimentos em participações societárias, títulos de renda fixa, fundos de investimento e outros investimentos permanentes alcançaram, ao final de junho de 2018, o montante de R\$ 2,2 bilhões.

Através do estudo do seu fluxo de caixa, a Seguradora considera deter capacidade financeira, e em atendimento à Circular SUSEP 517/15, manifesta a sua intenção de observar os prazos de resgate originais dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, que somam R\$ 378,9 milhões em 30 de junho de 2018.

Allianz Seguros: crescimento sustentável, simplificação e ainda mais proximidade com o corretor

A Allianz Seguros é uma empresa do Grupo Allianz, que está presente em 70 países e acumula mais de 125 anos de história. Reconhecido por sua solidez financeira e alto coeficiente de solvência, o Grupo é um dos maiores do mundo em seguros e gestão de ativos, com mais de 86 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 140 mil colaboradores. Em 2017, registrou receitas de 126,1 bilhões de euros e lucro operacional de 11,1 bilhões de euros.

Graças à integração sistemática de critérios ambientais e sociais em seus processos de negócios e decisões de investimentos, o Grupo mantém posição de liderança entre as seguradoras no Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

No Brasil, a marca Allianz está presente como seguradora há 114 anos e atua em seguros de ramos elementares, vida e saúde empresarial. Essas soluções são ofertadas a pessoas físicas e jurídicas em todo o território nacional por meio de 63 filiais e aproximadamente 15 mil corretores de seguros, que são os principais parceiros de negócios da seguradora.

A Allianz Seguros tem como premissa desenvolver ações de longo prazo, tanto em seus negócios como no campo social. Aqui no país, a Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz (ABA) foi fundada em 1994. Há mais de 20 anos, a ABA proporciona espaço de convívio para crianças

e adolescentes, moradores da Comunidade Santa Rita, (zona Leste da cidade de São Paulo), em horários complementares ao da escola. Mais de 6 mil crianças já foram atendidas.

O principal objetivo da ABA é gerar oportunidades de crescimento pessoal e social por meio de diversas linguagens (artes visuais, artes digitais, ballet clássico), atividades desportivas (xadrez, natação, jogos cooperativos, entre outros), além dos programas de desenvolvimento socioemocional, que buscam dar subsídios para esses jovens aprenderem a lidar com as emoções. Para trabalhar as habilidades e competências plenamente, há ainda outros programas, como o Programa de Desenvolvimento Estudantil e Profissional, fruto de uma parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e o Programa de Ações Sustentáveis, que visa gerar o envolvimento e participação da comunidade local. A Allianz acredita que de forma contínua, permanente e com perspectiva de inclusão, pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento desta comunidade.

Visão de futuro

Em mais de um século de atuação no país, a companhia vivenciou diferentes fases da sociedade e do mercado segurador. Para garantir sua perpetuidade, a Allianz sempre soube se reinventar e inovar, sem temer ao adotar medidas necessárias que garantam seu crescimento e desenvolvimento sustentável. A seguradora vem se dedicando a aprimorar processos e produtos que supram as necessidades de corretores de seguros e clientes.

Em 2018, a Allianz Seguros chegou a uma nova etapa, após quebrar paradigmas e passar por transformações nos últimos anos. Neste período, implementou soluções para atender as demandas da era atual, norteada por ações disruptivas, necessárias às organizações com visão de futuro.

Atualmente, a Allianz Seguros está alicerçando sua atuação tendo como bases a simplicidade, conectividade, eficiência e proximidade. Com a integração desses princípios, a companhia objetiva uma operação mais ágil, principalmente, no que diz respeito às vendas e prestação de serviços. Esse modelo também resulta em diminuição de custos operacionais e ganho de produtividade tanto à seguradora quanto aos corretores, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos automatizados, sem a intervenção humana.

Como forma de iniciar as mudanças no modelo de negócios, os produtos de varejo como o Automóvel, Vida e Residência foram os primeiros a passar por aprimoramentos. Utilizando a tecnologia como ferramenta, esses seguros e os processos inerentes a eles foram simplificados. Os produtos de Automóvel – Allianz Auto Instituto Ayrton Senna -, Vida e Residência já têm menor quantidade de campos na cotação entre todas as seguradoras e também preenchimento automático. São investimentos que buscaram colocar a cotação da Allianz como a mais rápida do mercado. Além disso, houve a facilitação da comparação dos preços e pacotes porque tudo passou a ficar lado a lado em uma única tela.

A diversificação também está no centro da estratégia da Allianz para alavancar a entrada de segurados nos demais ramos, sua rentabilidade e de seus parceiros de negócios. Atualmente, quanto mais intuitivo e disponível na ponta estiver o portfólio, maiores serão as chances de o corretor explorar as ofertas.

Prêmios aos produtos da Allianz Seguros

No primeiro semestre de 2018, os produtos da seguradora receberam os seguintes reconhecimentos:

Abril: 15º Prêmio Segurador Brasil

A empresa recebeu quatro troféus do Prêmio Segurador Brasil. Três deles na categoria “Melhor Desempenho, conglomerados acima de R\$ 2,5 bilhões” nas carteiras de “Acidentes Pessoais”, “Aeronáuticos” e “Responsabilidade Civil – E&O”. A quarta premiação também foi relacionada ao ramo “Aeronáuticos” pelo fato de a Allianz ter apresentado o “Maior Crescimento em Vendas”.

Allianz Parque: gol de placa da seguradora no país

Reconhecido como o mais bem-sucedido *naming rights* de estádio do país, a Allianz Seguros conta, em São Paulo, com uma plataforma para exposição de sua marca e geração de relacionamentos e negócios, o Allianz Parque. A seguradora nomeia a arena multiuso mais moderna do País e considerada uma das mais espetaculares do mundo, segundo o portal espanhol “El Gol”.

Desde sua inauguração, em novembro de 2013, já recebeu 7,4 milhões de pessoas, 3,4 milhões delas acompanharam as 115 partidas de futebol, outras 1,6 milhão assistiram aos 54 shows e mais de 50 mil participaram do Allianz Parque Tour. Só nos primeiros meses de 2018, passaram pelo local 938,4 mil pessoas, sobretudo nos 16 jogos e 12 shows.

Entre os megashows recebidos pelo Allianz Parque no primeiro semestre estão: Katy Perry, Ozzy Osbourne e Phill Collins. Esse último foi o destaque no diz respeito ao público, com 44,1 mil espectadores. Já a quantidade de público mais expressiva em partidas de futebol foi tida no jogo entre Palmeiras e Corinthians, com 41,2 mil torcedores.

O Allianz Parque foi recordista mundial de megashows em 2017, segundo a Pollstar, uma das principais agências especializadas no mercado internacional de música. Houve 17 noites de apresentações e um público de 600 mil pessoas.

Agradecimentos

Aos acionistas pelo apoio operacional e estratégico. Aos nossos segurados e corretores pela confiança na marca Allianz. Aos nossos colaboradores pela dedicação, ética e sobretudo pelo comprometimento com a qualidade das informações prestadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 29 de agosto de 2018.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com as áreas de contabilidade, de compliance, de riscos e controles internos, atuarial, de sinistros, de resseguros e com os auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras.

O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações financeiras intermediárias e notas explicativas, bem como das práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras intermediárias auditadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 30 de agosto de 2018

COMITÊ DE AUDITORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ivan José de La Sota Duñabeitia – Presidente
Carla Sofia Pereira Bambulo – Vice Presidente
Eduard Folch Rue – Conselheiro

DIRETORIA:

Andreas Markus Kerl
Eduard Folch Rue
Angel Luis Peraez Ruiz
Regina Helena Menezes Lopes
Rosely Boer Corino da Fonseca

ATUÁRIA:

Milena Farat Milani
Atuária MIBA nº 3107

CONTADOR:

Fernando Siqueira Alencar
Contador CRC 1SP213784/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		3.284.217	3.071.939
DISPONÍVEL		27.147	31.445
Caixa e bancos		27.147	31.445
APLICAÇÕES	5.1	969.567	775.112
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		1.095.762	1.212.020
Prêmios a receber	6.1	907.986	953.134
Operações com seguradoras	6.2	10.846	21.722
Operações com resseguradoras	6.3	176.930	237.164
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7	5.746	21.820
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	874.580	722.773
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		20.279	21.639
Títulos e créditos a receber		1.187	3.424
Créditos tributários e previdenciários	19.1	15.627	17.445
Outros créditos		3.465	770
OUTROS VALORES E BENS		28.345	27.371
Bens à venda	8	28.080	27.111
Outros valores		265	260
DESPESAS ANTECIPADAS		10.292	197
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	252.499	259.562
Seguros		252.499	259.562
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.402.870	2.596.036
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.119.850	2.306.165
APLICAÇÕES	5.1	977.371	1.215.035
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		60.361	54.117
Prêmios a receber	6.1	60.361	54.117
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7	7	6
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	784.836	751.405
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		259.711	247.106
Títulos e créditos a receber		3.333	5.547
Créditos tributários e previdenciários	19.1	136.067	121.729
Depósitos judiciais e fiscais	15	118.688	118.075
Outros créditos operacionais	15	1.623	1.755
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS		6.392	8.678
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	31.172	29.818
Seguros		31.172	29.818
INVESTIMENTOS		210.804	211.294
Participações societárias	10.1	206.654	207.122
Imóveis destinados à renda	10.2	4.150	4.172
IMOBILIZADO	10.2	39.151	42.615
Imóveis de uso próprio		1.125	1.128
Bens móveis		14.342	16.663
Outras imobilizações		23.684	24.824
INTANGÍVEL	10.3	33.065	35.962
Outros intangíveis		33.065	35.962
TOTAL ATIVO		5.687.087	5.667.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		3.062.598	3.057.983
CONTAS A PAGAR		182.050	201.764
Obrigações a pagar	11	92.407	119.718
Impostos e encargos sociais a recolher		55.517	63.638
Encargos trabalhistas		16.710	13.122
Impostos e contribuições	19.3	17.416	5.286
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		384.360	416.217
Prêmios a restituir		213	640
Operações com seguradoras	12	5.792	5.574
Operações com resseguradoras	12	287.666	304.870
Corretores de seguros e resseguros	12	84.205	99.985
Outros débitos operacionais		6.484	5.148
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	13	5.184	9.417
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	14.1	2.459.046	2.399.589
Danos		2.348.532	2.266.671
Pessoas		91.888	115.881
Vida individual		18.349	16.775
Vida com cobertura por sobrevivência		277	262
OUTROS DÉBITOS		31.958	30.996
Provisões judiciais	15	31.958	30.996
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.736.945	1.730.049
CONTAS A PAGAR		5.447	7.478
Obrigações a pagar	11	5.447	7.478
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		48.068	45.847
Operações com resseguradoras	12	44.017	42.939
Corretores de seguros e resseguros	12	4.051	2.908
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	14.1	1.569.687	1.563.010
Danos		1.175.027	1.143.236
Pessoas		390.779	417.385
Vida individual		3.881	2.389
OUTROS DÉBITOS		113.743	113.714
Provisões judiciais	15	113.743	113.714
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	887.544	879.943
Capital social		1.661.743	1.661.743
Reservas de reavaliação		1.427	1.451
Ajustes de avaliação patrimonial		(7.650)	13.964
Prejuízos acumulados		(767.976)	(797.215)
TOTAL PASSIVO		5.687.087	5.667.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais exceto resultado do semestre por ação)

	Nota	2018	2017
PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS	18.1	1.529.161	1.396.861
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		56.929	(2.287)
(=) PRÊMIOS GANHOS	17.1	1.586.090	1.394.574
(-) SINISTROS OCORRIDOS	18.2	(1.091.855)	(790.118)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	18.3	(290.278)	(278.335)
(+) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	18.5	(51.341)	(13.481)
(+) RESULTADO COM RESSEGURO	18.4	46.460	(186.437)
(+) RECEITA COM RESSEGURO		284.042	57.867
(-) DESPESA COM RESSEGURO		(237.582)	(244.304)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	18.6	(205.736)	(192.305)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	18.7	(49.417)	(36.252)
(-) RESULTADO FINANCEIRO	18.8 e 18.9	109.425	111.780
(-) RESULTADO PATRIMONIAL	18.10	4.527	(24.956)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		57.875	(15.530)
(+) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	18.11	116	212
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		57.991	(15.318)
(-) IMPOSTO DE RENDA	19.2	(8.015)	(4.026)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.2	(6.307)	(3.737)
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(14.454)	(9.436)
(=) LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO SEMESTRE		29.215	(32.517)
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		1.725.891.233	1.725.891.233
(=) Resultado do semestre por ação		0,02	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento capital (em aprovação)	Reserva de Reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017	1.323.035	169.354	1.453	1.219	(746.132)	748.929
AUMENTO DE CAPITAL:	268.974	(99.620)	-	-	-	169.354
AGO/E de 21/12/2016 - Portaria SUSEP 241/17	169.354	(169.354)	-	-	-	-
AGO/E de 30/03/2017 - Portaria SUSEP 367/17	99.620	-	-	-	-	99.620
AGO/E de 03/06/2016 - Portaria SUSEP 538/17	-	69.734	-	-	-	69.734
RESERVA DE REAVALIAÇÃO						
Realização líquida de tributos	-	-	(3)	-	5	2
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	1.642	-	1.642
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	1.492	-	1.492
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	150	-	150
PREJUÍZO DO SEMESTRE	-	-	-	-	(32.517)	(32.517)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	1.592.009	69.734	1.450	2.861	(778.644)	887.410
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2018	1.661.743	-	1.451	13.964	(797.215)	879.943
RESERVA DE REAVALIAÇÃO						
Realização da depreciação	-	-	(24)	-	24	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	(21.614)	-	(21.614)
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	(20.992)	-	(20.992)
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	(622)	-	(622)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	29.215	29.215
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	1.661.743	-	1.427	(7.650)	(767.976)	887.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre	29.215	(32.517)
Varição no valor justo dos ativos financeiros		
Reconhecidos por ativos próprios	(38.167)	2.712
Reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial	(1.131)	274
Efeitos tributários sobre lucros abrangentes	17.684	(1.344)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>7.601</u>	<u>(30.875)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA METODO INDIRETO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre		29.215	(32.517)
Ajustes para:			
Provisão Imposto de renda e contribuição social do semestre	19.2	14.322	7.763
Depreciação e amortizações	10.2 e 10.3	7.199	7.423
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(154)	30.972
(Ganho) na alienação de imobilizado	18.11	(116)	(246)
Varição de ajuste de avaliação patrimonial disponíveis para venda		(20.992)	1.492
Varição da provisões técnicas		119.603	208.131
Varição da redução ao valor recuperável	18.6	18.076	(10.493)
Outros ajustes		-	2
Varição nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(157.680)	(84.375)
Créditos das operações com seguros e resseguros		91.210	(21.638)
Ativos de resseguro		69.530	204.312
Créditos fiscais e previdenciários		(13.363)	(738)
Despesas antecipadas		(10.095)	(9.243)
Outros ativos		20.001	7.325
Depósitos judiciais e fiscais		(613)	(861)
Outras contas a pagar		(33.875)	(11.473)
Impostos e contribuições		1.205	4.171
Débitos de operações com seguros e resseguros		(29.636)	(66.990)
Depósitos de terceiros		(4.233)	(1.605)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		(302.528)	(399.625)
Provisões judiciais	15	991	29
Caixa líquido (consumido) pelas operações		(201.933)	(168.184)
Imposto sobre lucros pagos	19.3	(2.554)	(610)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		(204.487)	(168.794)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		286	693
Resgate de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	5.2	476.192	1.218.053
Pagamento pela compra:			
Investimentos		-	(40.000)
Imobilizado	10.2	(986)	(1.904)
Aplicações de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	5.2	(275.303)	(1.190.068)
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de investimento		200.189	(13.226)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		-	169.354
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		-	169.354
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(4.298)	(12.666)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre		31.445	27.240
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre		27.147	14.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO SEMESTRE
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Allianz Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303, controlada no Brasil pela Allianz do Brasil Participações Ltda. e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Seguradora opera em todas as modalidades de seguros dos segmentos de ramos elementares e pessoas cuja abrangência se dá em todo território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 517/15, e alterações posteriores. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular SUSEP.

Em 30 de junho de 2018, o critério de coleta do *rating* apresentado na nota 4.3.1.1 foi alterado a fim de apresentar o *rating* local dos ativos financeiros que anteriormente eram classificados de acordo com a perspectiva global. O exercício anterior foi ajustado para fins de comparabilidade.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos mensurados a valor justo por meio do resultado e os ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) – valor realizável líquido.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras intermediárias é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período.

2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação das referidas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no semestre findo em 30 de junho de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Aplicações financeiras
- Nota 6.1 – Prêmios a receber (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.2 – Operações com seguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.3 – Operações com resseguradores (redução ao valor recuperável)
- Nota 8 – Bens à venda – Salvados (redução ao valor recuperável)
- Nota 11 – Obrigações a pagar (contrato oneroso)
- Nota 14 – Provisões técnicas
- Nota 15 – Provisões judiciais
- Nota 19.1 – Créditos tributários e previdenciários

2.5 Conclusão das demonstrações financeiras intermediárias

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de agosto de 2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como “Contratos de Seguros”.

Os contratos de resseguros são também classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

A cessão de resseguro é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato. Para contratos do tipo LOD – *Losses Occurring During*, o diferimento é feito em 12 meses, para contratos do tipo RAD – *Risk Attaching*, o diferimento é feito em 24 meses.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas a análise dos resseguradores.

Os prêmios de seguros, de cosseguros e resseguros cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e as operações de retrocessão são informadas pelo IRB.

Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos – RVNE), são reconhecidos com base em estimativas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado ao longo do período de recebimento das parcelas dos prêmios.

3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

3.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia.

3.2.2 Valor justo por meio de resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das operações com seguros e resseguros”, “Outros créditos operacionais” e “Títulos e créditos a receber”.

3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos atrelados à variação do CDI, que se aproximam de seu valor justo; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging* para cada linha de negócios. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no *aging* dos créditos vencidos e o *rating* de crédito das resseguradoras, cuja prestação de contas já foi apresentada à contraparte. A partir dessa separação, aplica-se o percentual de inadimplência calculado de acordo com a base histórica de recuperações de sinistros.

A avaliação para redução dos valores recuperáveis de cosseguro cedido considera o montante total a receber de recuperação acima de 180 dias e nos quais não existe ainda tratativa ativa com as congêneres.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Bens à venda – salvados

Bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um evento de sinistro. A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado, deduzidos dos custos diretamente relacionados à venda.

A parcela estimada dos salvados a recuperar, cujo sinistro foi avisado e ainda não pago, é contabilizada como redutora da provisão de sinistros a liquidar.

Para o grupo de ramos automóvel, os testes de consistência realizados pela Seguradora indicaram que não há necessidade de constituição de redução ao valor recuperável, visto que o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor da venda e, na média, em até 12 meses, os salvados à venda são efetivamente liquidados. Para os demais ramos, a Seguradora aplicou o critério onde, na ausência de estudo, deve-se efetuar a redução ao valor recuperável do montante total superior ao período de sessenta dias em relação a data de cadastro do salvado, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15, artigo 168.

3.5 Investimentos

3.5.1 Participações societárias

Refere-se a investimento na controlada Allianz Saúde S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

3.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

3.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato.

Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 120 no semestre para imposto de renda e a 20% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados por ocasião das demonstrações financeiras e desreconhecidos em consonância a legislação vigente.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial.

3.9 Provisões técnicas - seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

3.9.1 Provisão de prêmios não ganhos – PPNG

É constituída pela parcela do prêmio comercial, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “pró-rata die” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com o prêmio observado nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

3.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. Esta provisão contempla, quando aplicável, os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER).

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólice, com exceção dos riscos vigentes e ainda não emitidos e a riscos ocorridos fora da vigência da apólice, são classificados como outros débitos. Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL.

3.9.3 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 36 períodos de desenvolvimento, os quais, dependendo da característica de cada agrupamento de ramos, são utilizados agrupamentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

3.9.4 Provisão de despesas relacionadas – PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

3.9.5 Provisão complementar de cobertura – PCC

Refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, *improvement* da Escala G e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura.

3.9.6 Provisão matemática de benefícios a conceder (Vida com Cobertura por Sobrevivência)

Garante ao segurado o resgate referente ao plano contratado após o término da vigência, caso não tenha ocorrido nenhum sinistro desde que cumpridas todas as condições deste seguro. Contempla a totalidade do prêmio pago, corrigido monetariamente, líquido de IOF.

3.9.7 Teste de adequação de passivos (TAP)

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

- O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
- Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP – ETTJ pré-fixada.
- De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.
- A Seguradora considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesa futura baseadas no portfólio atual da Seguradora.
- Para os seguros de vida em *run-off* a premissa de mortalidade utilizada foi tábua BR-EMS vigente, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G para produtos com cobertura por sobrevivência.

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR, PMBC) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alocáveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE, PMBAC) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio.

Para os produtos em *run-off* (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária) os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, sinistros a ocorrer e despesas correspondentes, o resultado do teste de adequação do passivo apresentou necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC). A variação reconhecida no resultado em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 14,6 (receita) e o passivo constituído em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 266,7 (líquido de resseguro) contra R\$ 281,3 em 31 de dezembro de 2017.

3.10 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias quando aplicável.

3.11 Contrato oneroso

Caracterizado quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato original excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, provenientes de alterações nas condições de mercado. Tais contratos são reconhecidos e mensurados como provisões, sendo a diferença entre os pagamentos e recebimentos até o final do contrato, descontada a valor presente.

Neste contexto, Seguradora possui contrato de aluguel do atual edifício sede, sendo que do total locado a Seguradora ocupa, atualmente, 79% do espaço utilizável e subloca 9% da estrutura.

3.12 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação dos colaboradores nos lucros, conforme disposto nas Leis nº 10.101/00 e 12.832/13, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de desempenho interno e o alcance de metas, não estando desta forma, restrito ao resultado líquido apurado pela Seguradora.

O rol de benefícios contempla ainda assistência médica ou seguro saúde, plano odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, casamento e natalidade, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, e são reconhecidas no resultado à medida que incorridas.

3.12.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos, concentra-se no aumento do valor da marca Allianz obtido através do alcance de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo.

O Plano *Allianz Equity Incentive* (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e referem-se a ações virtuais. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalecente na data de avaliação (nota 20.2).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 521/15, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos. Como referência, o grupo Allianz possui a melhor nota da Standard & Poor's ("Very Strong") atribuída ao sistema de Gestão de Risco Corporativos (ERM framework).

O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações, no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Circular SUSEP nº 521/15, foi instaurado um grupo multidisciplinar do qual os membros a ele pertencentes não tiveram participação na definição ou elaboração dos processos, metodologias e ferramentas para a gestão de riscos. O grupo é composto pelos responsáveis das seguintes áreas: *Compliance*, Segurança da Informação, Atuária, Investimentos, Contabilidade e CFO. Este grupo avaliou e atestou que a estrutura de gestão de riscos atende ao requerido pela referida Circular.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO e também mitiga potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO do Grupo Allianz e sua equipe de gestão de riscos corporativos do Grupo, uma linha indireta com o CEO e também uma linha direta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias sejam apurados e deliberados por este Comitê de Ética;
- O Comitê de Investimentos estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora que busque maximizar a rentabilidade dos ativos, observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez, respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução de frequência e custo médio por garantia e as eventuais causas de desvio e a rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trianual;
- O Comitê de Ofertas garante uma avaliação transversal das propostas de lançamento e de melhoria em produtos e serviços de todas as linhas de negócios;
- O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas para proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos para que a Allianz Brasil esteja melhor posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente; e
- O Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora com evidenciação das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

4.2 Riscos de seguros

4.2.1 Riscos de danos e pessoas

O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados periodicamente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a pulverizar a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

As indenizações de riscos são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram e a Seguradora automaticamente passa ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, seja ele considerado de curto ou longo prazo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) e/ou Provisão de Sinistros Não Suficientemente Avisados (IBNER). Ambas desenvolvidas para absorverem riscos inerentes a avisos posteriores à ocorrência do evento indenizável. Como parte integrante do risco de seguro, o custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final se mostre diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, IBNER e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). Entretanto, os valores de sinistros judiciais, são particularmente sensíveis à jurisprudência relativa à matéria em questão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos prêmios emitidos antes e após as cessões de resseguros cedidos.

Agrupamento	Prêmios Emitidos		Prêmios de Resseguros		Prêmios Retidos		Retenção		Resseguros	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Automóvel	883.801	817.153	(3.243)	(3.913)	880.558	813.240	100%	100%	-	-
Patrimonial	203.859	233.126	(114.367)	(115.922)	89.492	117.204	44%	50%	56%	50%
Transporte	150.981	113.284	(76.506)	(40.720)	74.475	72.564	49%	64%	51%	36%
Responsabilidades	43.494	42.078	(27.400)	(23.412)	16.094	18.666	37%	44%	63%	56%
Rural	50.693	46.410	(20.244)	(16.547)	30.449	29.863	60%	64%	40%	36%
Pessoas	157.106	124.803	(29.547)	(23.732)	127.559	101.071	81%	81%	19%	19%
Demais	44.031	25.943	(19.072)	(25.662)	24.959	281	57%	1%	43%	99%
Totais	1.533.965	1.402.797	(290.379)	(249.908)	1.243.586	1.152.889	81%	82%	19%	18%

4.2.2 Seguro de vida

O gerenciamento dos riscos atrelados ao seguro de vida, comercializados pela Seguradora, leva em consideração, para fins de precificação, as tábuas de mortalidades aprovadas em nota técnica, reduzidas pelo repasse de resseguro. Para os riscos individuais a parametrização de longevidade é efetuada através de sistema, sendo os capitais segurados e os prêmios atualizados anualmente com base na variação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ou, na falta deste, do IPC/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acumulados nos 12 (doze) meses que antecedem os 4 (quatro) meses anteriores ao do aniversário da apólice. Estes seguros, também estão estruturados no critério tarifário por idade, independente da atualização monetária prevista no item acima, os prêmios correspondentes a cada segurado são reenquadrados anualmente, na data de aniversário da apólice, de acordo com a mudança de idade do segurado.

Para os seguros coletivos, são realizados acompanhamentos mensais dos resultados, objetivando neutralizar os riscos de persistência e riscos de despesas. Caracterizados desvios durante a execução dos trabalhos são propostos ajustes nas comissões ou aumento de taxas visando o equilíbrio atuarial.

4.2.3 Análise de sensibilidade de sinistros

A técnica utilizada para análise de sensibilidade foi baseada nas práticas utilizadas para cenário de teste de estresse com base em simulações estocásticas. Cada percentual atribuído na análise de sensibilidade no quadro a seguir foi estabelecido conforme a referida metodologia.

Premissas - teste de estresse	30.06.2018					
	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido		Saldo	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% nos sinistros	(1.014.020)	(742.589)	(50.701)	(37.129)	(1.064.721)	(779.718)
Aumento de 5% das despesas com sinistros	(38.953)	(26.342)	(1.948)	(1.317)	(40.901)	(27.659)
Redução de 5% na recuperação de salvados	54.874	49.790	(2.744)	(2.488)	52.130	47.302
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	10.111	9.257	(506)	(463)	9.605	8.794

Premissas - teste de estresse	30.06.2017					
	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido		Saldo	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% nos sinistros	(688.543)	(644.902)	(34.427)	(32.245)	(722.970)	(677.147)
Aumento de 5% das despesas com sinistros	(42.282)	(28.056)	(2.114)	(1.404)	(44.396)	(29.460)
Redução de 5% na recuperação de salvados	45.383	40.433	(2.269)	(2.021)	43.114	38.412
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	12.347	9.021	(617)	(451)	11.730	8.570

4.2.4 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de subscrição (Prêmio e Resseguro) e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, aplica-se metodologia estocástica com cenários econômicos para a otimização de contratos de resseguro e acompanhamento de reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente baseado em metodologias atuariais específicas.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização além de estratégias de transferência de risco ou resseguros.

O risco de catástrofe natural que envolve, por exemplo, risco de perdas relacionadas a alagamento, vendaval e outros eventos, é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio, por região e linha de negócios, baseada nas importâncias seguradas subscritas. A exposição aos riscos varia significativamente por região e pode mudar ao longo do tempo. As políticas de resseguros e cosseguros também abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

Importância segurada por regiões geográficas Valores Brutos de Resseguros Cedidos

Linhas de Negócios	30.06.2018					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Automóvel	1.564.856.140	762.628.432	174.488.450	23.728.315.791	3.495.929.239	29.726.218.052
Patrimonial	42.867.525	123.111.284	17.309.579	500.965.456	205.836.592	890.090.436
Transporte*	25.318.990	22.033.732	5.000.358	181.850.565	87.055.481	321.259.126
Demais	3.530.586	17.895.230	1.534.424	63.934.097	17.360.151	104.254.488
Totais	1.636.573.241	925.668.678	198.332.811	24.475.065.909	3.806.181.463	31.041.822.102

*Excluindo valor de R\$ 50.079.549 de transportes internacionais.

Linhas de Negócios	31.12.2017					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Automóvel	999.819.250	774.800.009	180.008.297	19.570.252.028	2.913.810.138	24.438.689.722
Patrimonial	38.908.488	124.211.093	16.409.872	504.637.454	196.494.800	880.661.707
Transporte*	65.025.382	19.101.948	21.463.445	23.593.788	131.829.684	261.014.247
Demais	3.389.439	17.864.405	1.564.392	52.885.786	19.251.647	94.955.669
Totais	1.107.142.559	935.977.455	219.446.006	20.151.369.056	3.261.386.269	25.675.321.345

*Excluindo valor de R\$ 38.322.282 de transportes internacionais.

Valores Líquidos de Resseguros Cedidos

Linhas de Negócios	30.06.2018					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Automóvel	72.462.921	69.710.108	20.101.493	537.970.832	205.628.695	905.874.049
Patrimonial	11.813.148	33.072.517	4.735.679	138.190.668	86.953.026	274.765.038
Transporte*	1.025.289	1.551.245	306.480	8.289.256	3.248.410	14.420.680
Demais	2.143.614	622.153	247.431	7.520.466	6.153.371	16.687.035
Totais	87.444.972	104.956.023	25.391.083	691.971.222	301.983.502	1.211.746.802

*Excluindo valor de R\$ 189.239 de transportes internacionais.

Linhas de Negócios	31.12.2017					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Automóvel	122.636.826	95.602.790	31.783.999	862.549.634	347.850.287	1.460.423.536
Patrimonial	15.107.073	51.049.358	5.951.151	169.903.298	106.874.055	348.884.935
Transporte*	1.169.294	1.535.373	324.931	8.461.901	3.499.024	14.990.523
Demais	2.383.132	649.419	274.017	8.386.428	7.666.005	19.359.001
Totais	141.296.325	148.836.940	38.334.098	1.049.301.261	465.889.371	1.843.657.995

*Excluindo valor de R\$ 260.453 de transportes internacionais.

Cobertura em:	30.06.2018		31.12.2017	
	Valores Brutos de resseguros	Valores líquidos de resseguros	Valores Brutos de resseguros	Valores líquidos de resseguros
Real	31.004.432.141	1.211.786.856	25.648.050.960	1.843.693.790
Dólar	80.815.109	149.185	58.938.266	224.658
Euro	6.654.401	-	6.654.401	-
Totais	31.091.901.651	1.211.936.041	25.713.643.627	1.843.918.448

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento, cosseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito, o qual a Seguradora está exposta, se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente e/ou poderá haver perdas financeiras significativas devido ao não recebimento de coberturas contratadas junto às empresas de resseguro.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê de Investimentos é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Além disso, as composições dos fundos de investimento também são avaliadas do ponto de vista de risco de crédito pelas áreas internas da Seguradora e pelos bancos gestores dos fundos, observando a necessidade de concentração em ativos com melhor *rating* avaliado pelas agências

competentes. Internamente, essas avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz.

Para o risco de crédito associado às empresas de resseguro, o Grupo Allianz possui uma política restritiva de exposição ao risco de crédito de contrapartes que é seguida pela Seguradora. Conforme definido no apetite de risco, o painel de resseguradores usado pela Seguradora é monitorado pelo *Security Vetting Team* do Grupo Allianz quem estipula os limites de exposição a parceiros e contrapartes baseando-se nos respectivos *ratings*.

A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber) e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o *credit score* dos segurados pessoas físicas e pessoas jurídicas durante o processo de aceitação, ou não, do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

4.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus *ratings*. Os títulos brasileiros foram baseados no rating local da agência S&P (Standard & Poor's).

Os prêmios a receber, classificados na rubrica "Empréstimos e recebíveis" foram segregados em pessoa jurídica, utilizando *rating* individual das agências classificadoras (S&P) e *rating* soberano brasileiro (se não disponível), e pessoa física incluídos na categoria "sem classificação de *rating*".

Os prêmios a receber, classificados na rubrica "Empréstimos e recebíveis" foram segregados em pessoa jurídica, utilizando *rating* individual das agências classificadoras (S&P) e *rating* soberano brasileiro (se não disponível), e pessoa física incluídos na categoria "sem classificação de *rating*".

Agência Classificadora	30.06.2018				Total
	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB-	brBB+; brBB; brBB-; brB+; brB; brB-	Abaixo de B-	
	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	A1; A2; A3; Baa1; Baa2; Baa3	Ba1; Ba2; Ba3; B1; B2; B3	Abaixo de B3	
				Sem Classificação Rating	
Disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa privados	-	7.960	-	-	7.960
Títulos de renda fixa públicos	1.319.133	-	-	-	1.319.133
Mantido até o vencimento					
Títulos de renda fixa públicos	378.897	-	-	-	378.897
Valor justo por meio de resultado					
Quotas de fundos de investimentos	219.727	6.560	1.763	12.236	240.286
Outras Aplicações	-	-	-	662	662
Total aplicações financeiras	1.917.757	14.520	1.763	12.898	1.946.938
Empréstimos e recebíveis					
Prêmios a receber*	39.542	33.430	268.513	648.365	989.850
Recuperação de sinistros resseguro*	125.482	49.142	390	31.921	206.935
Exposição máxima ao risco de crédito	2.082.781	97.092	270.666	693.184	3.143.723

Agência Classificadora	31.12.2017				Total
	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB-	brBB+; brBB; brBB-; brB+; brB; brB-	Abaixo de B-	
	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	A1; A2; A3; Baa1; Baa2; Baa3	Ba1; Ba2; Ba3; B1; B2; B3	Abaixo de B3 Sem Classificação Rating	
Disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa privados	-	7.706	-	-	7.706
Títulos de renda fixa públicos	1.509.829	-	-	-	1.509.829
Mantido até o vencimento					
Títulos de renda fixa públicos	374.337	-	-	-	374.337
Valor justo por meio de resultado					
Quotas de fundos de investimentos	92.372	-	1.557	3.684	97.613
Outras Aplicações	-	-	-	662	662
Total aplicações financeiras	1.976.538	7.706	1.557	4.346	1.990.147
Empréstimos e recebíveis					
Prêmios a receber*	4.137	1.038	329.515	688.794	1.023.484
Recuperação de sinistros resseguro*	75.067	129.963	-	49.164	254.194
Exposição máxima ao risco de crédito	2.055.742	138.707	331.072	742.304	3.267.825

*Excluindo valor de R\$ 21.503 e R\$ 30.005 em 30 de junho de 2018 (R\$ 16.233 e R\$ 17.030 em 31 de dezembro de 2017), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber e recuperação de sinistros de resseguro, respectivamente.

4.3.1.2 Exposição ao risco com resseguradores

As operações de resseguro são gerenciadas pela Seguradora dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. As exposições de risco das contrapartes de resseguro são firmadas somente com resseguradores que detêm elevado grau de crédito, atribuídos por agências classificadoras.

Os prêmios cedidos aos resseguradores estão assim apresentados:

RATING	CLASSE DE RESSEGURADORAS							
	LOCAL		ADMITIDA		EVENTUAL		TOTAL	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
A	43.095	40.410	-	31	-	-	43.095	40.441
A-	-	-	-	2	-	-	-	2
AA+	93.637	-	85.391	23.348	-	(16)	179.028	23.332
AA-	-	6.499	-	30.079	-	529	-	37.107
AA	-	-	-	6.804	11.843	16.105	11.843	22.909
A+	3.232	50.554	310	617	-	264	3.542	51.435
AAA	-	19.499	-	-	-	-	-	19.499
BBB+	220	-	-	-	-	-	220	-
BB-	-	184	-	-	-	-	-	184
NR	-	3	-	-	-	-	-	3
Totais	140.184	117.149	85.701	60.881	11.843	16.882	237.728	194.912

Não inclui Variação dos Riscos Vigentes e Não Emitidos de prêmios de resseguro R\$ 18.932 (R\$ 29.815 em 30 de junho de 2017).

4.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos fornece para a área de *asset management* um relatório em que são considerados os valores de mercado de todos os ativos e os impactos nesses valores em caso de alteração na taxa de juros tanto na margem de solvência da Seguradora quanto em seu resultado financeiro.

Há outras considerações importantes que são analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros. O Comitê de Investimentos também impõe limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, conseqüentemente, a rentabilidade do mesmo.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

30.06.2018

Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	665.225	(28.869)	636.356
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	425.832	(80.238)	345.594
Pós-fixados		228.076	-	228.076
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados				
		7.960	-	7.960
Ativos públicos mantidos até o vencimento				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	156.772	(2.650)	154.122
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	222.125	(622)	221.503
Outros		240.286	-	240.286
Totais		1.946.276	(112.379)	1.833.897

31.12.2017

Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	909.742	(40.026)	869.716
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	441.739	(87.704)	354.035
Pós-fixados		158.348	-	158.348
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados				
		7.706	-	7.706
Ativos públicos mantidos até o vencimento				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	156.431	(182)	156.249
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	217.906	(342)	217.564
Outros		97.613	-	97.613
Totais		1.989.485	(128.254)	1.861.231

O item "Outras" não contempla o montante de R\$ 662 referente à depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento.

Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pelo Comitê de Investimentos.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco no curto prazo de que obrigações de pagamentos correntes ou futuros que não possam ser cumpridos ou cumpridos com condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da companhia é monitorado diariamente pelas áreas de riscos e *asset management*, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente é feita a projeção do fluxo de caixa e é apurado o índice de liquidez a partir de cenários de *stress* e limites em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição de risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

O percentual do total de ativos que deve ser aplicado por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos da Seguradora.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variados.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

30.06.2018					
Descrição	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
	Caixa e equivalente de caixa	27.147	-	-	-
Aplicações financeiras	240.948	728.619	338.132	639.239	1.946.938
Créditos das operações com seguros e resseguros	189.925	924.675	25.743	15.780	1.156.123
Ativos de resseguros - provisões técnicas	-	892.737	379.001	411.733	1.683.471
Outros ativos	28.080	10.398	8.869	4.133	51.480
Total dos ativos financeiros	486.100	2.556.429	751.745	1.070.885	4.865.159
Provisões técnicas	-	2.459.046	660.122	909.565	4.028.733
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	384.360	20.169	27.899	432.428
Contas a pagar e outros passivos	12.304	167.084	1.677	1.623	182.688
Total dos passivos	12.304	3.010.490	681.968	939.087	4.643.849
31.12.2017					
Descrição	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
	Caixa e equivalente de caixa	31.445	-	-	-
Aplicações financeiras	98.275	676.837	540.389	674.646	1.990.147
Créditos das operações com seguros e resseguros	173.478	1.055.522	33.105	4.032	1.266.137
Ativos de resseguros - provisões técnicas	-	742.664	357.729	399.984	1.500.377
Outros ativos	27.111	26.014	13.674	4.128	70.927
Total dos ativos financeiros	330.309	2.501.037	944.897	1.082.790	4.859.033
Provisões técnicas	-	2.399.589	629.049	933.961	3.962.599
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	416.217	29.899	15.948	462.064
Contas a pagar e outros passivos	12.919	171.744	5.434	1.184	191.281
Total dos passivos	12.919	2.987.550	664.382	951.093	4.615.944

A Seguradora considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é superior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos. Os itens que não impactarão a movimentação de caixa deixaram de ser considerados na preparação do fluxo e totalizaram R\$ 268.735 (R\$ 255.433 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica "Outros ativos", composto substancialmente por Depósitos judiciais e fiscais e créditos tributários, e para a rubrica "Outros passivos" R\$ 4.809 (R\$ 17.961 em 31 de dezembro de 2017) substancialmente relativo à provisão para contrato oneroso.

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas em fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Descrição	30.06.2018					31.12.2017				
	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total geral	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total geral
Contas a Pagar e tesouraria	(14)	-	-	-	(14)	(4)	-	-	-	(4)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.106	104.132	72.929	-	180.167	4.479	51.253	30.025	479	86.236
Letra Financeira (LF)	12.831	20.618	1.228	-	34.677	2.654	1.864	-	-	4.518
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.814	3.926	-	-	5.740	1.233	-	2.143	-	3.376
Debêntures	939	5.972	10.310	2.451	19.672	518	766	270	1.859	3.413
Cotas de fundos de investimento	44	-	-	-	44	74	-	-	-	74
Totais	18.720	134.648	84.467	2.451	240.286	8.954	53.883	32.438	2.338	97.613

4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, excluindo desse conceito os riscos estratégico e reputacional e incluindo os riscos legais e de *compliance*.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora.

A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas que foi revisado para se adequar aos requerimentos da Circular SUSEP nº 517/15 relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco de reputação é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora, entre os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). Normas e políticas do Grupo devem ser seguidas por todas as empresas do mundo com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital

O Grupo Allianz mantém um rigoroso controle de contrapartes permitidas para negociação de resseguro assim como de investimento em ativos com baixo risco de crédito. A Seguradora utiliza modelo interno para cálculo de capital econômico que está alinhado com o modelo interno do Grupo. Isto permite a utilização dos fatores reduzidos conforme Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 321/15 e nº 343/16 (alteração) para cálculo de Risco de Subscrição.

Os valores do capital mínimo requerido e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos das Resoluções vigentes, na data de 30 de junho de 2018, o cálculo do patrimônio líquido ajustado (PLA) deverá ser igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). O capital de risco é apurado com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. Em 30 de junho de 2018 a Seguradora apresentou os seguintes resultados de PLA e CMR:

	30.06.2018
Patrimônio Líquido	887.544
Ajustes contábeis	
(-) Despesas antecipadas	(10.292)
(-) Ativos intangíveis	(33.065)
(-) Participação societária	(206.654)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+/-) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.566
Ajuste superávit entre provisões exatas e fluxo realista de prêmios/contribuições utilizado no cálculo da PCC	4.525
Patrimônio Líquido ajustado (a)	644.624
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	493.785
Capital base (c)	15.000
Capital adicional de risco (d)	493.785
Capital adicional de risco de subscrição	436.848
Capital adicional de risco de crédito	58.875
Capital adicional de risco operacional	20.195
Capital adicional de risco de mercado (*)	16.157
Correlação entre os riscos	(38.290)
Suficiência de capital (a) – (b)	150.839
Índice de solvência	130,5%

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/16.

As sociedades supervisionadas devem apresentar liquidez em relação ao CR superior a 20%, situação em que o montante de ativos líquidos é superior à necessidade de cobertura de provisões técnicas, em no mínimo 20% do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Descrição	30.06.2018
Total da provisões técnicas a serem cobertas (Nota 14.5)	1.724.068
Total dos ativos vinculados (valor de mercado)	1.942.982
Suficiência em Relação a Cobertura das Provisões Técnicas (a)	218.914
Liquidez em relação ao CR	
Capital de Risco (CR)	510.905
20% do CR (b)	102.181
Suficiencia (a-b)	116.733

De acordo com a circular 509/2015, para efeito de cobertura, os ativos financeiros devem ser considerados pelo seu valor de mercado - valor justo. Assim, os títulos classificados na categoria Mantidos até o vencimento apresentam um montante de R\$ 4.666 superior ao seu valor contábil (Nota 5.1).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição e Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A classificação e composição por categoria e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir. O portfólio classificado como valor justo por meio de resultado está apresentado no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimentos.

Títulos	Nível hierárquico	30.06.2018						
		Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 a 5 anos	Acima 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	
Disponíveis para Venda		349.722	545.243	432.128	1.327.093	68%	1.327.093	1.342.954
Títulos de renda fixa - CDB	Nível 2	7.960	-	-	7.960	-	7.960	7.966
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	-	45.450	380.382	425.832	22%	425.832	453.353
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	52.326	49.162	101.488	5%	101.488	101.771
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	-	225.492	2.584	228.076	12%	228.076	228.112
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	341.762	221.975	-	563.737	30%	563.737	551.752
Mantido até o vencimento		378.897	-	-	378.897	19%	383.563	378.897
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	156.772	-	-	156.772	8%	159.585	156.772
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	222.125	-	-	222.125	11%	223.978	222.125
Valor justo por meio de resultado		240.286	-	-	240.286	12%	240.286	240.286
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	240.286	-	-	240.286	12%	240.286	240.286
Outras aplicações	Nível 2	662	-	-	662	-	662	662
Totais		969.567	545.243	432.128	1.946.938	100%	1.951.604	1.962.799

Títulos	Nível hierárquico	31.12.2017						
		Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 a 5 anos	Acima 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	
Disponíveis para Venda		458.931	536.256	522.348	1.517.535	76%	1.517.535	1.495.229
Títulos de renda fixa - CDB	Nível 2	7.706	-	-	7.706	0%	7.706	7.726
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	-	45.754	395.985	441.739	22%	441.739	444.339
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	26.957	78.709	105.666	5%	105.666	101.655
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	-	110.694	47.654	158.348	8%	158.348	158.336
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	451.225	352.851	-	804.076	41%	804.076	783.173
Mantido até o vencimento		217.906	156.431	-	374.337	19%	382.485	374.337
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	156.431	-	156.431	8%	161.671	156.431
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	217.906	-	-	217.906	11%	220.814	217.906
Valor justo por meio de resultado		97.613	-	-	97.613	5%	97.613	97.613
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	97.613	-	-	97.613	5%	97.613	97.613
Outras aplicações	Nível 2	662	-	-	662	-	662	662
Totais		775.112	692.687	522.348	1.990.147	100%	1.998.295	1.967.841

O item “Outras aplicações” contempla o montante de R\$ 662 referente à depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31.12.2017	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 30.06.2018
Disponíveis para venda	1.517.535	275.303	(476.192)	48.614	(38.167)	1.327.093
Mantido até o vencimento	374.337	-	-	4.560	-	378.897
Valor Justo por meio de resultado	97.613	530.620	(391.880)	3.933	-	240.286
Outras Aplicações	662	-	-	-	-	662
Totais	1.990.147	805.923	(868.072)	57.107	(38.167)	1.946.938

	Saldo em 31.12.2016	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31.12.2017
Disponíveis para venda	1.221.575	1.508.076	(1.346.600)	114.738	19.746	1.517.535
Mantido até o vencimento	583.871	-	(215.000)	5.466	-	374.337
Valor Justo por meio de resultado	52.678	709.715	(674.975)	10.195	-	97.613
Outras Aplicações	1.258	4	(600)	-	-	662
Totais	1.859.382	2.217.795	(2.237.175)	130.399	19.746	1.990.147

5.3 Taxa de juros contratada

Em 30 de junho de 2018, o retorno total auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Seguradora totalizou R\$ 50.709, calculados a valor de mercado, relativos à taxa média contratada de 2,55% no semestre, representando 80,51% da variação do CDI do período.

No primeiro semestre de 2017 o retorno total auferido totalizou R\$ 97.880, calculados a valor de mercado, relativos à taxa média contratada de 5,29% no semestre (93,62% do CDI do período).

6. PRÊMIOS A RECEBER

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, sendo registrados no ativo circulante e não circulante, os prêmios a receber estão assim compostos:

6.1 Composição dos prêmios a receber

Ramos agrupados	30.06.2018			31.12.2017		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	503.290	(2.077)	501.213	559.534	(2.221)	557.313
Patrimonial	150.448	(681)	149.767	136.192	(408)	135.784
Transporte	107.445	(9.104)	98.341	115.237	(8.540)	106.697
Responsabilidades	35.173	(240)	34.933	48.614	(200)	48.414
Rural	31.275	(1.175)	30.100	13.694	(1.962)	11.732
Pessoas	77.763	(1.154)	76.609	68.693	(965)	67.728
Demais	84.456	(7.072)	77.384	81.520	(1.937)	79.583
Totais	989.850	(21.503)	968.347	1.023.484	(16.233)	1.007.251

6.1.1 Prêmios a receber por vencimento

	30.06.2018			31.12.2017		
	Vincendos	Vencidos	TOTAL	Vincendos	Vencidos	TOTAL
Riscos vigentes e não emitidos	133.529	-	133.529	114.241	-	114.241
Entre 1 e 30 dias	280.184	24.031	304.215	287.635	22.575	310.210
Entre 31 e 180 dias	431.149	22.896	454.045	467.320	22.474	489.794
Entre 181 e 365 dias	32.815	6.027	38.842	48.930	7.343	56.273
Acima de 365 dias	41.523	17.696	59.219	37.137	15.829	52.966
Redução ao valor recuperável	-	(21.503)	(21.503)	-	(16.233)	(16.233)
Totais	919.200	49.147	968.347	955.263	51.988	1.007.251

6.1.2 Movimentação dos prêmios a receber

	30.06.2018	31.12.2017
Prêmios pendentes no início do exercício	1.007.251	887.254
Prêmios emitidos	1.745.803	3.454.299
Riscos vigentes e não emitidos	19.288	(1.689)
IOF	96.896	196.726
Cancelamentos	(235.930)	(395.517)
Recebimentos	(1.655.310)	(3.137.566)
Cosseguros aceitos vencidos	(4.381)	(4.639)
Redução ao valor recuperável	(5.270)	8.383
Prêmios pendentes no final do semestre / exercício	968.347	1.007.251

O prazo médio de parcelamento é de 6 (seis) meses.

6.1.3 Movimentação da redução do valor recuperável

	30.06.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício	16.233	24.616
Constituições	5.320	3.338
Reversões	(50)	(11.721)
Saldo no final do semestre / exercício	21.503	16.233

6.2 Operações com seguradoras

As operações com congêneres englobam parcelas vencidas dos prêmios a receber de cosseguros aceitos e a recuperação de sinistros e comissões das operações de cosseguro cedido.

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Sinistros de cosseguros cedidos	12.205	18.044
Prêmios vencidos cosseguros aceitos	2.868	7.249
Comercialização cosseguros cedidos	296	366
Outros créditos de cosseguros cedidos	-	28
Redução ao valor recuperável	(4.523)	(3.965)
Totais	10.846	21.722

6.3 Operações com resseguradoras

Contempla adiantamentos operacionais e recuperações de sinistros entre a Seguradora e resseguradores.

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Recuperação de sinistro	180.006	210.360
Adiantamentos operacionais	26.929	43.834
Redução ao valor recuperável	(30.005)	(17.030)
Totais	176.930	237.164

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Refere-se substancialmente a créditos acumulados juntos aos corretores e agentes e estão assim representados:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Créditos a compensar	-	16.153
Corretores	3.136	3.628
Ressarcimentos	2.609	2.040
Outros créditos	8	5
Totais	5.753	21.826

8. BENS À VENDA - SALVADOS

A composição dos salvados à venda está assim demonstrada:

Ramos Agrupados	30.06.2018						31.12.2017					
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Redução ao valor recuperável	Total	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Redução ao valor recuperável	Total
Automóvel	6.775	10.896	5.032	4.246	-	26.949	6.611	10.389	5.147	3.908	-	26.055
Transportes	1.008	504	265	243	(1.012)	1.008	897	499	944	129	(1.572)	897
Patrimonial	63	40	82	-	(122)	63	86	124	31	42	(197)	86
Responsabilidades	-	-	-	-	-	-	32	70	-	20	(90)	32
Rural	52	30	27	1	(58)	52	22	47	13	-	(60)	22
Demais	8	-	95	25	(120)	8	19	110	10	-	(120)	19
Totais	7.906	11.470	5.501	4.515	(1.312)	28.080	7.667	11.239	6.145	4.099	(2.039)	27.111

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas a decorrer.

Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado do período.

Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	30.06.2018	31.12.2017
Automóvel	163.703	169.124
Patrimonial	42.385	43.688
Transporte	8.829	11.154
Responsabilidades	7.856	8.095
Rural	7.031	8.793
Pessoas	44.398	39.209
Demais	9.469	9.317
Totais	283.671	289.380

9.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	30.06.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício	289.380	269.371
Comissões	258.645	526.198
Recuperação de comissões	(249)	(1.341)
Outras despesas de comercialização	26.173	61.098
Custos de aquisição apropriados	(290.278)	(565.946)
Saldo no final do semestre / exercício	283.671	289.380

10. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

10.1 A Seguradora participa no capital social da controlada Allianz Saúde S.A., seguradora especializada no ramo de saúde. A movimentação do investimento equivalente e o resultado de equivalência patrimonial estão assim apresentados:

Dados em 30 de junho de 2018 da Controlada

Capital social	308.580
Quantidade de ações possuídas - ON	101.838.936
Percentual de participação	99,999%
Total de ativos	343.016
Total de passivos	136.367
Patrimônio líquido	206.494
Resultado líquido do exercício	155
Saldo do investimento em 1º de janeiro de 2017	192.170
Ajustes de avaliação patrimonial	1.885
Resultado de equivalência patrimonial	(86.933)
Aumento de capital em investimentos	100.000
Saldo do investimento em 1º de janeiro de 2018	207.122
Ajustes de avaliação patrimonial	(622)
Resultado de equivalência patrimonial	154
Saldo do investimento em 30 de junho de 2018	206.654

10.2 A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	Taxas de depreciação	31.12.2017				30.06.2018			Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
		Saldo residual	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo residual	Depreciação	Depreciação		
Terrenos e Edificações	0 à 4 %	5.300	-	-	(25)	5.275	14.480	(9.205)		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	24.622	-	-	(1.137)	23.485	34.568	(11.083)		
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 à 20%	9.813	215	-	(1.417)	8.611	31.436	(22.825)		
Computadores e periféricos	20%	5.329	45	-	(1.245)	4.129	29.123	(24.994)		
Outras imobilizações	10%	1.723	726	(170)	(478)	1.801	5.395	(3.594)		
Totais		46.787	986	(170)	(4.302)	43.301	115.002	(71.701)		

Descrição	Taxas de depreciação	31.12.2016			31.12.2017			Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
		Saldo residual	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo residual	Depreciação		
Terrenos e Edificações	0 à 4 %	5.592	-	(240)	(52)	5.300	14.480	(9.180)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	26.897	-	-	(2.275)	24.622	34.569	(9.947)	
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 à 20%	10.923	1.711	-	(2.821)	9.813	31.220	(21.407)	
Computadores e periféricos	20%	7.448	618	(6)	(2.731)	5.329	29.084	(23.755)	
Outras imobilizações	10%	2.802	598	(613)	(1.064)	1.723	5.401	(3.678)	
Totais		53.662	2.927	(859)	(8.943)	46.787	114.754	(67.967)	

10.3 A movimentação do intangível (desenvolvimento de software interno) está assim apresentada:

	30.06.2018	31.12.2017
Saldos no início do exercício	35.962	41.755
Amortizações	(2.897)	(5.793)
Saldos no final do semestre / exercício	33.065	35.962
Custo	59.533	59.533
Amortização	(26.468)	(23.571)
Taxa anual de amortização	10%	10%

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas em 30 de junho de 2018:

Descrição	30.06.2018					31.12.2017				
	A Vencer - Dias					A Vencer - Dias				
	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total
Prestação de serviços terceiros	3.119	6.699	1.996	-	11.814	3.173	315	2.374	-	5.862
Contrato de aluguel	2.335	1.060	1.247	1.677	6.319	663	17.747	1.856	860	21.126
Obrigações com funcionários	420	285	19.245	470	20.420	206	22.661	650	425	23.942
Débitos de operações bancárias	-	-	-	12.304	12.304	-	-	-	12.919	12.919
Campanha de incentivo a corretores	5.046	-	6.712	-	11.758	4.447	-	9.838	-	14.285
Prestação de serviço - Partes relacionadas	18.821	-	-	-	18.821	27.085	-	-	-	27.085
Programa de incentivo baseado em ações	-	-	103	1.107	1.210	-	689	-	2.192	2.881
Fornecedores	10.672	-	-	-	10.672	13.636	2	-	-	13.638
IOF a Recolher	-	-	-	2.193	2.193	-	-	-	1.891	1.891
Outras obrigações a pagar	2.140	-	203	-	2.343	220	-	812	2.535	3.567
Totais	42.553	8.044	29.506	17.751	97.854	49.430	41.414	15.530	20.822	127.196

- A rubrica "Contrato de aluguel" considera provisão relativa a contrato oneroso no montante de R\$ 4.195 (R\$ 17.536 em 31 de dezembro de 2017).
- As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados.
- Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".
- As transações referentes a "Prestação de Serviços - Partes relacionadas" são inerentes às obrigações futuras de curto prazo de serviços administrativos e de assistência a seguros (nota 20.1).
- As obrigações oriundas do programa de incentivos baseado em ações aos membros da Administração estão detalhadas na nota 20.2.

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

As operações com seguradoras totalizam R\$ 5.792 e contemplam substancialmente os prêmios cedidos às congêneres (R\$ 5.574 em 31 de dezembro de 2017).

As operações com corretores de seguros e resseguros contemplam comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos. Em 30 de junho de 2018 os passivos totalizaram R\$ 88.256 (R\$ 102.893 em 31 de dezembro de 2017).

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios emitidos de resseguros cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes dos resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

	OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS							
	LOCAL		ADMITIDO		EVENTUAL		TOTAL	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Prêmios emitidos	171.922	199.864	93.972	77.213	8.699	12.821	274.593	289.898
Adiantamentos e outros débitos	33.898	22.378	22.523	34.613	669	920	57.090	57.911
Totais	205.820	222.242	116.495	111.826	9.368	13.741	331.683	347.809

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla o recebimento antecipado de prêmios, créditos de prêmios e emolumentos de seguros, cosseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento.

Outros depósitos são caracterizados por créditos que não puderam ser atribuídos como cobrança antecipada ou prêmios e emolumentos recebidos até a data do balanço.

Descrição	30.06.2018					31.12.2017			
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Totais	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Totais
	Prêmios e emolumentos recebidos	653	199	1.879	-	2.731	3.948	795	2.012
Outros depósitos	592	906	235	720	2.453	-	-	2.662	2.662
Totais	1.245	1.105	2.114	720	5.184	3.948	795	4.674	9.417

14. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

14.1 A composição das provisões técnicas está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	30.06.2018							
	Auto	Patrimonial	Transporte	Responsabilidades	Rural	Pessoas	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	936.839	239.556	83.885	57.808	36.180	95.263	109.014	1.558.545
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	309.651	442.671	89.575	564.097	32.584	64.640	198.223	1.701.441
Provisão de despesas relacionadas - PDR	8.332	8.428	1.774	7.372	2.074	1.284	1.757	31.021
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	50.654	97.663	16.756	184.797	8.588	31.363	35.281	425.102
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	-	-	312.347	-	312.347
Outras provisões	-	-	-	-	-	277	-	277
Provisões técnicas - Seguros	1.305.476	788.318	191.990	814.074	79.426	505.174	344.275	4.028.733

Danos e Pessoas	31.12.2017							
	Auto	Patrimonial	Transporte	Responsabilidades	Rural	Pessoas	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	977.892	235.732	79.213	60.847	53.393	82.410	109.314	1.598.801
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	308.885	295.848	97.150	533.724	31.892	105.247	198.884	1.571.630
Provisão de despesas relacionadas - PDR	7.657	8.498	2.163	7.110	1.143	1.119	2.080	29.770
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	48.610	98.967	15.921	192.907	8.480	34.854	33.597	433.336
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	-	-	328.800	-	328.800
Outras provisões	-	-	-	-	-	262	-	262
Provisões técnicas - Seguros	1.343.044	639.045	194.447	794.588	94.908	552.692	343.875	3.962.599

14.2 Os Ativos de resseguros - provisões técnicas estão assim apresentadas, por agrupamento de ramos:

Danos e Pessoas	30.06.2018							
	Auto	Patrimonial	Transporte	Responsabilidades	Rural	Pessoas	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	1.635	95.876	73.406	33.126	6.863	2.944	63.265	277.115
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	503	379.731	51.817	417.327	12.494	13.270	185.615	1.060.757
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2	3.636	967	4.821	881	13	1.260	11.580
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	68.638	13.111	146.727	3.108	1.253	31.547	264.384
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	-	-	45.580	-	45.580
Ativos de resseguro	2.140	547.881	139.301	602.001	23.346	63.060	281.687	1.659.416

Danos e Pessoas	31.12.2017							Total
	Auto	Patrimo- nial	Transporte	Responsa- bidades	Rural	Pessoas	Demais	
Provisão de prêmios não ganhos	-	82.848	61.237	30.838	13.525	1.766	59.702	249.916
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	495	216.165	57.822	385.769	9.439	39.041	185.382	894.113
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2	3.563	1.427	4.720	364	10	1.404	11.490
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	69.167	12.426	154.812	3.069	1.442	30.243	271.159
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	-	-	47.500	-	47.500
Ativos de resseguro	497	371.743	132.912	576.139	26.397	89.759	276.731	1.474.178

14.3 A movimentação das provisões técnicas, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31.12.2017	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 30.06.2018
Provisão de prêmios não ganhos	1.598.801	143.132	(183.623)	235	1.558.545
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.387.127	1.280.919	(1.178.281)	23.011	1.512.776
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	199.161	3.360	(2.361)	-	200.160
PSL - Estimativa de salvados e ressarcidos	(14.658)	5.229	(2.066)	-	(11.495)
Provisão despesas relacionadas - PDR	22.917	62.041	(60.943)	99	24.114
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	6.853	116	(62)	-	6.907
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	438.252	3.519	(11.119)	-	430.652
IBNR - Estimativa de salvados e ressarcidos	(4.916)	-	(634)	-	(5.550)
Provisão complementar de contribuição (PCC)	328.800	-	(16.453)	-	312.347
Outras provisões	262	15	-	-	277
Totais	3.962.599	1.498.331	(1.455.542)	23.345	4.028.733

Descrição	Saldo em 31.12.2016	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2017
Provisão de prêmios não ganhos	1.457.612	487.244	(347.900)	1.845	1.598.801
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.620.866	2.275.390	(2.503.321)	(5.808)	1.387.127
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	213.093	5.184	(19.116)	-	199.161
PSL - Estimativa de salvados e ressarcidos	(10.936)	2.734	(6.456)	-	(14.658)
Provisão despesas relacionadas - PDR	18.549	121.851	(117.517)	34	22.917
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	6.592	545	(284)	-	6.853
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	482.086	18.994	(62.828)	-	438.252
IBNR - Estimativa de salvados e ressarcidos	(16.820)	12.863	(959)	-	(4.916)
Provisão complementar de contribuição (PCC)	297.000	31.800	-	-	328.800
Outras provisões	236	26	-	-	262
Totais	4.068.278	2.956.631	(3.058.381)	(3.929)	3.962.599

14.4 A movimentação das provisões técnicas de resseguro, registrada no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Danos e Pessoas	Saldo em 31.12.2017	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 30.06.2018
Provisão de prêmios não ganhos	249.916	111.146	(84.210)	263	277.115
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	779.327	372.115	(224.875)	21.616	948.183
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	114.786	529	(2.741)	-	112.574
Provisão de despesas relacionadas - PDR	8.721	14.857	(14.566)	(174)	8.838
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.769	23	(50)	-	2.742
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	271.159	965	(7.740)	-	264.384
Provisão complementar de cobertura - PCC	47.500	-	(1.920)	-	45.580
Ativos de resseguro	1.474.178	499.635	(336.102)	21.705	1.659.416

Danos e Pessoas	Saldo em 31.12.2016	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2017
Provisão de prêmios não ganhos	299.140	85.696	(136.676)	1.756	249.916
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.037.685	504.097	(756.364)	(6.091)	779.327
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	126.960	5.176	(17.350)	-	114.786
Provisão de despesas relacionadas - PDR	6.698	31.359	(29.416)	80	8.721
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.580	296	(107)	-	2.769
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	300.589	11.860	(41.290)	-	271.159
Provisão complementar de cobertura - PCC	44.000	3.500	-	-	47.500
Ativos de resseguro	1.817.652	641.984	(981.203)	(4.255)	1.474.178

14.5 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - seguros

A cobertura das provisões técnicas por ativos vinculados é apresentada pelo seu valor contábil, gerando a suficiência abaixo demonstrada.

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Provisões técnicas	4.028.733	3.962.599
Deduções:		
Resseguros	(1.448.076)	(1.270.204)
Direitos creditórios	(735.431)	(716.497)
Custo de aquisição diferidos	(119.959)	(123.009)
Depósito judiciais	(1.199)	(1.759)
Totais	1.724.068	1.851.130
Ativos Vinculados		
Quotas de fundos de investimentos	240.286	97.613
Títulos de renda fixa - públicos	1.698.030	1.884.166
Totais	1.938.316	1.981.779
Suficiência	214.248	130.649

A suficiência do índice de liquidez em relação ao Capital de Risco (CR) está representada na nota 4.6.1 PLA – Patrimônio líquido ajustado e Capital mínimo requerido

14.6 Tabela de desenvolvimento de sinistros

A tabela abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros avisados, considerando despesas relacionadas, porém não contempla valores de retrocessão, salvados e ressarcimentos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Brutos de resseguros cedidos (*)

	Período de Aviso do Sinistro										
	30.06.09	30.06.10	30.06.11	30.06.12	30.06.13	30.06.14	30.06.15	30.06.16	30.06.17	30.06.18	
No ano do aviso	896.911	1.061.259	1.112.255	1.375.037	1.814.119	2.158.941	2.179.438	1.927.166	1.657.929	1.835.507	
Um ano após o aviso	913.438	1.083.407	1.168.275	1.533.378	1.934.529	2.284.049	2.098.759	1.881.546	1.706.695	-	
Dois anos após o aviso	921.379	1.093.174	1.156.625	1.585.233	1.992.068	2.231.277	2.093.352	1.908.155	-	-	
Três anos após o aviso	926.453	1.091.349	1.157.849	1.595.529	1.999.989	2.274.116	2.108.142	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	930.327	1.091.859	1.160.034	1.585.584	2.017.066	2.281.119	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	932.429	1.096.195	1.161.228	1.590.413	2.024.107	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	935.979	1.096.962	1.163.561	1.588.942	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	939.212	1.101.397	1.180.694	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	940.497	1.102.872	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	937.267	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	30.06.09	30.06.10	30.06.11	30.06.12	30.06.13	30.06.14	30.06.15	30.06.16	30.06.17	30.06.18	Total
Incorridos	937.267	1.102.872	1.180.694	1.588.942	2.024.107	2.281.119	2.108.142	1.908.155	1.706.695	1.835.507	16.673.500
(-) Pagos	920.074	1.089.341	1.158.102	1.445.510	1.886.633	2.223.906	2.016.813	1.652.067	1.524.263	1.325.830	15.242.539
Anterior a 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.670
Total da PSL	17.193	13.531	22.592	143.432	137.474	57.213	91.329	256.088	182.432	509.677	1.532.631

Líquido de resseguros cedidos (*)

	Período de Aviso do Sinistro										
	30.06.09	30.06.10	30.06.11	30.06.12	30.06.13	30.06.14	30.06.15	30.06.16	30.06.17	30.06.18	
No ano do aviso	743.063	768.020	866.009	1.054.041	1.378.798	1.626.098	1.346.308	1.340.451	1.341.823	1.457.272	
Um ano após o aviso	771.369	792.662	887.442	1.075.838	1.410.192	1.616.887	1.370.814	1.369.222	1.364.262	-	
Dois anos após o aviso	780.700	796.010	893.563	1.081.658	1.417.794	1.626.915	1.380.250	1.377.028	-	-	
Três anos após o aviso	784.461	801.469	891.994	1.086.159	1.424.225	1.636.564	1.386.223	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	788.135	795.966	896.808	1.081.001	1.427.663	1.639.985	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	791.239	800.699	897.478	1.087.417	1.426.226	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	793.357	802.830	898.316	1.089.955	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	796.256	805.315	900.476	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	797.243	806.077	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	798.018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	30.06.09	30.06.10	30.06.11	30.06.12	30.06.13	30.06.14	30.06.15	30.06.16	30.06.17	30.06.18	Total
Incorridos	798.018	806.077	900.476	1.089.955	1.426.226	1.639.985	1.386.223	1.377.028	1.364.262	1.457.272	12.245.522
(-) Pagos	778.882	802.618	887.969	1.065.766	1.397.766	1.598.708	1.346.642	1.320.417	1.310.211	1.205.055	11.714.034
Anterior a 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.122
Total da PSL	19.136	3.459	12.507	24.189	28.460	41.277	39.581	56.611	54.051	252.217	575.610

(*) A tabela de desenvolvimento de sinistro não contempla a retrocessão no valor de R\$ 4.259.

Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa a matéria em questão. Na estimativa da Provisão de sinistros a liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas no histórico de pagamentos.

15. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS E OUTROS CREDITOS OPERACIONAIS

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais				
	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2018	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 30.06.2018
Fiscais	110.301	999	-	111.300	118.713	995	-	102	119.810
Cíveis	1.625	14	(146)	1.493	19.111	2.715	(2.768)	-	19.058
Trabalhista	4.333	117	(202)	4.248	6.886	3.198	(3.251)	-	6.833
Sinistros	3.571	2.824	(3.125)	3.270	-	-	-	-	-
Totais	119.830	3.954	(3.473)	120.311	144.710	6.908	(6.019)	102	145.701

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais				
	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Atualiz. monetária	Saldos em 31.12.2017
Fiscais	108.358	1.973	(30)	110.301	116.253	2.132	(1)	329	118.713
Cíveis	5.392	1.417	(5.184)	1.625	20.940	6.114	(7.943)	-	19.111
Trabalhista	3.502	1.496	(665)	4.333	5.703	4.373	(3.190)	-	6.886
Sinistro	10.820	1.825	(9.074)	3.571	-	-	-	-	-
Totais	128.072	6.711	(14.953)	119.830	142.896	12.619	(11.134)	329	144.710

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista. As principais ações em curso, cujos montantes envolvidos são provisionados de acordo com os valores prováveis de desembolso, estão descritas abaixo:

15.1 INSS

15.1.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo nº 2001.61.00.004752-6)

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/99 e art. 22, I, da Lei nº 8.212/1991, que determinam o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Allianz. A ação foi julgada improcedente, sendo interposto recurso de apelação, que pende de julgamento, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. O montante provisionado é de R\$ 51.068 (R\$ 50.073 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 50.910 (R\$ 49.911 em 31 de dezembro de 2017).

15.2 PIS

15.2.1 Lei nº 9.718/98 (Processo nº 1999.61.00.058875-9)

Trata-se de mandado de segurança impetrado visando o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei 9.718/98, que estabelece a incidência de PIS sobre as receitas da Seguradora. O pedido foi julgado procedente em primeira instância, para determinar o recolhimento do PIS na forma estabelecida pela Lei complementar nº 7/70. A decisão foi reformada pelo Tribunal. A Seguradora interpôs Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF e obteve decisão procedente, afastando a aplicação do art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98. No decorrer do processo, a Seguradora efetuou o depósito judicial dos valores de PIS apurado com base na totalidade de suas receitas. Com o trânsito em julgado da decisão do STF, a Allianz requereu a conversão em renda à União dos valores depositados relativos ao PIS apurado sobre faturamento, bem como o levantamento dos valores relativos às demais receitas. Foi determinada a realização de perícia contábil pelo juízo para apuração do valor a ser levantado pela União. O montante provisionado é de R\$ 33.724 (R\$ 33.724 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 33.724 (R\$ 33.724 em 31 de dezembro de 2017).

15.2.2 PIS – Emenda constitucional 17/97 e Medida Provisória 1.537-45/97 (Processo nº 97.0057213-7)

Essa ação discute a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.537-45/97, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Allianz interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, foram interpostos recurso

extraordinário e recurso especial, que pendem de apreciação juntamente com o recurso extraordinário interposto pela União (sobrestamento) até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria. O montante provisionado é de R\$ 23.883 (R\$ 23.800 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 26.666 (R\$ 26.666 em 31 de dezembro de 2017).

15.3 Ação Ordinária – PERDCOMPS (Processo nº 2009.61.00.026009-9)

A Allianz ingressou com ação declaratória em face da União visando anular decisões proferidas pela Receita que não admitiram o processamento de duas PERDCOMPS retificadoras de débitos de Imposto de Renda e COFINS. A ação foi julgada procedente, razão pela qual a União interpôs recurso de apelação, o qual foi acolhido. A Allianz interpôs recursos aos Tribunais Superiores, que pendem de julgamento. O montante provisionado é de R\$ 1.854 (R\$ 1.834 em 31 de dezembro de 2017).

15.4 IOF – Decreto Lei 1.071/94 (Processo nº 94.0031909-6)

O presente processo foi proposto pelo Banco Braseg para discutir a legalidade do Decreto Lei nº 1.071/94 que determinou o recolhimento de IOF na liquidação de contratos de câmbio. O Banco Braseg posteriormente foi alienado ao Grupo Itaú (Itausaga). Dada a improcedência dos pedidos em primeira e segunda instância, foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores. Pela adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.865/13, a Allianz desistiu da ação e providenciou o pagamento do débito de forma parcelada. Deve-se aguardar a homologação do parcelamento para arquivamento do processo. Foi determinado o envio ao arquivo sobrestado até a análise do pedido de revisão de consolidação no Processo Administrativo nº 16327.720818/2017-56.

15.5 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final. O montante provisionado é de R\$ 6.833 (R\$ 6.886 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 4.248 (R\$ 4.333 em 31 de dezembro de 2017).

15.6 Ações cíveis

15.6.1 – Ações cíveis – não relacionados ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisoriais, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação. O montante provisionado é de R\$ 26 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2017).

15.6.2 – Ações cíveis – não relacionadas a sinistros

Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial.

As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas de acordo com os valores prováveis de perda. O montante provisionado é de R\$ 19.032 (R\$ 19.093 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 1.493 (R\$ 1.625 em 31 de dezembro de 2017).

15.7 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica “Provisão de sinistros a liquidar” e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
Total de ações judiciais pagas no semestre e que se encontravam provisionadas	28.837	41.323
Total provisionado de ações judiciais pagas no semestre	123.997	172.799
Processos encerrados sem pagamento no semestre, para os quais haviam provisão constituída	6.489	344.217
Total de ações judiciais pagas no semestre e não provisionadas no exercício anterior	6.499	2.584

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 1.725.891.233 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 26 de março de 2018 a Assembleia Geral Ordinária aprovou as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

16.2 Reservas de reavaliação – Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários.

16.3 Ajustes de avaliação patrimonial - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda. Em 30 de junho de 2018 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ (7.650), R\$ 13.964 em 31 de dezembro de 2017.

17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

17.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Automóvel	924.854	778.958	66%	69%	19%	21%
Patrimonial	195.460	208.653	141%	57%	20%	19%
Transporte	147.098	145.945	57%	46%	20%	17%
Responsabilidades	47.447	51.758	59%	-100%	17%	18%
Rural	67.906	71.958	49%	29%	16%	18%
Pessoas	160.691	110.018	35%	77%	15%	23%
Demais	42.634	27.284	20%	40%	10%	15%
Totais	1.586.090	1.394.574	69%	57%	18%	20%

Os índices de sinistralidade em 2018 para o agrupamento “Patrimonial” e em 2017 para o agrupamento “Responsabilidades” foram impactados pelo aviso e reavaliação de sinistros expressivos, respectivamente.

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
18.1 Prêmios emitidos líquidos	1.529.161	1.396.861
Prêmios diretos	1.426.325	1.275.591
Prêmios de cosseguros aceitos	88.352	80.975
Prêmios cedidos em cosseguros	(4.804)	(5.936)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	19.288	46.231
18.2 Sinistros ocorridos	(1.091.855)	(790.118)
Sinistros - Diretos e cosseguro aceito	(1.061.207)	(781.310)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	2.647	(19.870)
Salvados e ressarcimentos	64.985	57.730
Varição da provisão de IBNR	8.234	50.485
Serviços de assistência	(106.514)	(97.153)

18.3	Custo de aquisição	(290.278)	(278.335)
	Comissões	(258.645)	(240.389)
	Despesa com inspeção de risco	(5.870)	(5.931)
	Outras despesas de comercialização	(20.303)	(26.056)
	Recuperação de comissões	249	947
	Variação das despesas de comercialização diferidas	(5.709)	(6.906)
18.4	Resultados com resseguro	46.460	(186.437)
	Prêmios	(256.660)	(224.727)
	Recuperação de indenização	290.844	96.506
	Salvados e ressarcimentos	(5.938)	(8.276)
	Variação da provisão de IBNR	(6.802)	(38.639)
	Variação das provisões técnicas	25.016	(11.301)
18.5	Outras (despesas) / receitas operacionais	(51.341)	(13.481)
	Redução ao valor recuperável-bens a venda	727	1.653
	Redução ao valor recuperável-resseguro e cosseguro cedido	(13.533)	(3.530)
	Acordo representação comercial	(13.166)	(9.726)
	Consultas e prevenção de riscos	(12.643)	(10.459)
	Redução ao valor recuperável-prêmios	(5.270)	6.010
	Cobrança, apólices e contratos	(4.791)	(16.827)
	Ações judiciais cíveis	(1.476)	(1.261)
	Ações judiciais INSS	(995)	(1.074)
	Receitas operacionais de seguros	-	14.155
	Redução ao valor recuperável-adiantamento a corretores	-	6.360
	Apuração do ciclo do seguro rural - FERS	-	1.118
	Outras (despesas)/receitas	(194)	100
18.6	Despesas administrativas	(205.736)	(192.305)
	Pessoal	(92.587)	(88.639)
	Localização e funcionamento	(62.886)	(65.688)
	Publicidade e propaganda	(29.306)	(22.190)
	Serviços de terceiros	(18.911)	(14.493)
	Doações convenio Instituto Ayrtton Senna	(898)	(999)
	Outras	(1.148)	(296)
18.7	Despesas com tributos	(49.417)	(36.252)
	PIS e COFINS	(36.417)	(26.338)
	Impostos federais sobre remessa ao exterior-serviços	(4.586)	(5.140)
	Impostos federais não recuperáveis	(3.843)	-
	Taxa de fiscalização - reguladora	(2.051)	(2.458)
	Impostos sobre operações de resseguros	(705)	(472)
	Impostos municipais	(476)	(848)
	Demais tributos	(1.339)	(996)
18.8	Receitas financeiras	148.049	131.414
	Ativos financeiros disponíveis para venda	48.614	62.873
	Operações de seguros e resseguros	32.284	19.527
	Juros recebidos sobre aplicações financeiras	30.573	24.786
	Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	21.879	2.074
	Atualização monetária bancos - moeda Estrangeira	5.951	1.910
	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.560	2.938
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.933	5.993
	Atualização monetária provisões técnicas-direto	230	6.672
	Outras	25	4.641
18.9	Despesas financeiras	(38.624)	(19.634)
	Atualização monetária provisões técnicas - direto	(23.575)	(3.945)
	Operações de seguros e resseguros	(11.051)	(4.293)
	Atualização monetária bancos - moeda Estrangeira	(1.109)	(2.626)
	Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	(174)	(4.709)
	Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1.411)
	Outras	(2.715)	(2.650)
18.10	Resultado patrimonial	4.527	(24.956)
	Receitas com imóveis de renda	4.394	6.025
	Ajuste de investimentos em controlada	154	(30.972)
	Despesas patrimoniais	(21)	(9)
18.11	Ganhos e Perdas com ativos não correntes	116	212
	Resultado na alienação de bens do ativo não corrente	116	246
	Resultado de outras operações	-	(34)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**19.1 Créditos Tributários e Previdenciários**

A rubrica do Ativo circulante referente a créditos tributários e previdenciários está assim constituída:

Curto Prazo	30.06.2018	31.12.2017
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	8.294
IOF a restituir	4.630	8.474
Tributos federais retidos por órgãos publicos	280	466
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	8.978	211
Outros tributos a compensar	1.739	-
Totais	15.627	17.445

A composição dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, de imposto de renda e contribuição social, registrados no longo prazo, é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31.12.2017	Movimentação		Saldos em 30.06.2018
		Constituição	Utilização	
Imposto de Renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	27.045	27.309	(27.045)	27.309
Provisões para perdas	9.817	14.336	(9.817)	14.336
Provisões com funcionários	8.106	5.557	(8.106)	5.557
Outras provisões	10.052	7.351	(10.052)	7.351
Contribuição social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	16.042	16.248	(16.042)	16.248
Provisões para perdas	7.852	11.469	(7.852)	11.469
Provisões com funcionários	6.486	4.446	(6.486)	4.446
Outras provisões	8.040	5.881	(8.040)	5.881
Créditos tributários	93.440	92.597	(93.440)	92.597
Créditos tributários de ajustes de avaliação patrimonial	(10.037)	26.125	(8.950)	7.138
PIS e COFINS - Diferido	38.326	36.332	(38.326)	36.332
Totais	121.729	155.054	(140.716)	136.067

	Saldos em 31.12.2016	Movimentação		Saldos em 31.12.2017
		Constituição	Utilização	
Imposto de Renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	26.888	27.047	(26.890)	27.045
Provisões para perdas	13.100	9.817	(13.100)	9.817
Provisões com funcionários	8.122	8.752	(8.768)	8.106
Outras provisões	15.109	10.049	(15.106)	10.052
Prejuízo fiscal	-	70	(70)	-
Contribuição social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	15.986	16.040	(15.984)	16.042
Provisões para perdas	10.479	7.853	(10.480)	7.852
Provisões com funcionários	7.014	6.486	(7.014)	6.486
Outras provisões	12.086	8.039	(12.085)	8.040
Base negativa	-	480	(480)	-
Créditos tributários	108.784	94.633	(109.977)	93.440
Créditos tributários de ajustes de avaliação patrimonial	(1.148)	6.550	(15.439)	(10.037)
(-) Tributos diferidos passivos	(18)	-	18	-
PIS e COFINS - Diferido	-	38.326	-	38.326
Totais	107.618	139.509	(125.398)	121.729

Desde o ano de 2016 a Seguradora não registra os tributos diferidos oriundos dos saldos apurados a título de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sendo que os saldos contabilizados foram desreconhecidos em dezembro do mesmo ano. Em junho de 2018, a Seguradora apresenta um saldo acumulado de prejuízo fiscal no valor de R\$ 760.752 e um saldo acumulado de base negativa de CSLL no valor de R\$ 767.947.

Sobre o estoque de diferenças temporárias de IRPJ e CSLL, a Seguradora registra a totalidade do saldo apurado e estima que os mesmos devem se realizar conforme demonstrado abaixo:

Expectativa do ano de realização	Valor
2018	18.114
2019	22.401
2020	10.622
2021	14.655
2022	4.628
2023	22.177
Totais	92.597

19.2 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a sua composição das contas de resultados.

	30.06.2018	30.06.2017
Resultado antes dos impostos e após as participações	43.537	(24.754)
Alíquotas nominais:		
IRPJ - 25%	(10.884)	6.189
CSLL - 20%	(8.707)	4.951
Provisões para contingências fiscais e cíveis	(470)	(121)
Provisões para perdas	(8.134)	4.721
Provisões com funcionários	3.349	4.388
Ajuste de equivalência patrimonial	70	(13.937)
Outras provisões	6.093	(576)
Outros ajustes permanentes	(1.116)	(1.945)
Compensação e Incentivos fiscais	6.320	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar / recuperar	(13.479)	3.670
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	(843)	(7.763)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(3.670)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(14.322)	(7.763)

19.3 Impostos e contribuições a recolher

A provisão de impostos e contribuições sobre o faturamento e lucro real a recolher estão assim demonstradas no passivo circulante.

Provisão para Imposto e Contribuição	30.06.2018	31.12.2017
Imposto de Renda	7.548	-
Imposto de Renda - antecipado	(1.383)	-
Contribuição social	5.931	-
Contribuição Social - antecipado	(1.171)	-
COFINS	5.584	4.547
PIS	907	739
Totais	17.416	5.286

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Seguradora identificou como partes relacionadas à Seguradora, seu controlador em última instância e empresas ligadas, sua controlada, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

20.1 Partes relacionadas – empresas do grupo

A Seguradora compartilha com a sua controlada Allianz Saúde S.A. certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro-saúde contratado junto a Allianz Saúde; (b) os colaboradores da Allianz Saúde são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Seguradora.

Com as demais empresas relacionadas à Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros e assistência de seguros (S), resseguros (R), prestações de serviços e serviços administrativos (P).

PARTES RELACIONADAS	Tipo	30.06.2018				31.12.2017		30.06.2017	
		ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
Allianz SE	R / P	13.487	2.480	18.118	(15.075)	6.251	8.381	442	(17.547)
Allianz Global Corporate & Specialty	R	315.384	63.332	2.355	(52.063)	300.043	70.994	4.090	(6.857)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	R	79.215	62.611	95.654	(64.821)	103.485	136.373	29.831	(57.118)
Allianz Argentina Compañía de Segs	P	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Allianz Compañía Seg y Reaseguros	P	-	-	-	(791)	-	-	-	(2.494)
Allianz do Brasil Participações Ltda	P	37	-	219	-	37	-	214	-
Allianz Investment Management SE	P	-	-	-	(52)	-	-	-	(78)
Allianz Managed Operations & Serv S	P	-	-	-	-	-	-	-	(714)
Allianz Saúde S.A.	S	158	-	833	(5.946)	147	-	847	(5.421)
Allianz Global Health GMBH	P	-	-	-	(218)	-	-	-	-
Allianz Technology	P	-	8.676	-	(17.583)	-	7.618	-	(14.277)
Allianz Worldwide Care	P	-	-	-	(41)	-	-	-	(71)
AWP Service Brasil Ltda (Mondial)	S	18	20.298	42	(91.379)	-	20.215	4	(80.537)
Brasil de Imóveis e Participações Ltda	P	8	-	45	-	8	-	46	-
Corsetec Sociedade Corretora de Seguros	S	8	-	45	(22)	8	-	46	(12)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.	P	16	-	38	-	5	-	22	-
Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda	P	9	-	20	-	3	-	18	-
Mindseg Corretora de Seguros Ltda	S	-	25	-	(375)	-	118	-	(320)
Totais		408.340	157.422	117.369	(248.366)	409.987	243.699	35.560	(185.483)

20.2 Partes relacionadas – Administração

A remuneração paga aos membros da administração, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referente a benefícios de curto prazo, totalizou no primeiro semestre de 2018 R\$ 3.059 (R\$ 3.076 em 30 de junho de 2017).

20.2.1 Programa de incentivo baseado em ações

O Grupo Allianz oferece, em nível mundial, o programa *Allianz Equity Incentive* (AEI) com objetivo de fomentar a atuação dos principais executivos a longo prazo.

O programa de remuneração é garantido em forma de RSUs (*Restricted Stock Units*), uma ação virtual, mensurada na data de concessão pelo valor da remuneração do executivo, dividido pelo valor de mercado médio das ações da Allianz SE.

O período de aquisição do direito à remuneração é de 4 anos, e ao final deste período, as RSUs são valorizadas pelo valor de mercado médio atualizado das ações. O pagamento do programa é limitado a 200% da valorização da ação no período e liquidado, exclusivamente, em caixa. O programa prevê também o pagamento antecipado da remuneração durante o período de *vesting* para colaboradores considerados *good leavers*.

O valor de mercado médio das ações é obtido através da média aritmética do preço de fechamento das ações da Allianz SE no sistema eletrônico da bolsa de valores de Frankfurt na data de exercício do benefício e dos nove dias imediatamente antecedentes e subtraído do valor presente de dividendos esperados a pagar para cada ação durante o período de aquisição.

Todas as informações relativas ao programa são calculadas e processadas pela matriz, que distribui mensalmente os saldos a serem registrados pelas empresas do Grupo.

A parcela constituída como obrigação a pagar tem como contrapartida a despesa na demonstração de resultados. O montante apurado é transferido para o Grupo através de operação cambial, que por sua vez adquire e administra o portfólio de ativos financeiros que serão novamente transferidos para a Seguradora quando o benefício de concessão for exercido pelo executivo. Os ativos constituídos totalizaram, em 30 de junho de 2018 R\$ 2.734 (R\$ 4.107 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos registrados na rubrica “Obrigações a pagar” (nota 11) referentes ao programa AEI estão demonstrados no quadro abaixo.

Ano de concessão	Saldo em 31.12.2017	Emissão / (Exercício)*	Ajuste ao valor de mercado	Variação cambial	Transfe- rência	Saldo em 30.06.2018
AEI 2014	689	-	8	18	(715)	-
AEI 2015	759	-	14	28	(700)	101
AEI 2016	547	-	17	23	(480)	107
AEI 2017	524	(158)	170	49	(210)	375
AEI 2018	362	(192)	288	-	-	458
AEI 2019	-	169	-	-	-	169
Totais	2.881	(181)	497	118	(2.105)	1.210

Ano de concessão	Saldo em 31.12.2016	Emissão / (Exercício)	Ajuste ao valor de mercado	Varição cambial	Transferên cia	Saldo em 31.12.2017
AEI 2013	1.825	(1.973)	167	(19)	-	-
AEI 2014	995	-	686	212	(1.204)	689
AEI 2015	808	-	638	179	(866)	759
AEI 2016	439	-	441	104	(437)	547
AEI 2017	383	-	362	89	(310)	524
AEI 2018	-	256	232	22	(148)	362
Totais	4.450	(1.717)	2.526	587	(2.965)	2.881

* Exercício antecipado à *good leavers* referente aos programas AEI 2017 e AEI 2018 no montante de R\$ 380.

21. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019 ou exercício posterior. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das referidas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

- CPC 48 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Este pronunciamento altera de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- IFRS 17 – Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- Resolução CNSP nº 360 de 20 de dezembro de 2017 - Risco de Crédito, que traz mudanças nas exposições em relação às congêneres e investimentos, inclusive, estabelece novos fatores multiplicadores a serem adotados na parcela 2 de Risco de Crédito. As mudanças instituídas serão implementadas gradualmente e conseqüentemente reduzirão a necessidade de capital. O novo fator multiplicador é de 8% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas acima, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.